

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E A EFETIVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Soraya Petla Silva¹
Gisele A. de Sá Quimell²

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de refletir sobre a extensão universitária como espaço de formação profissional para o Assistente Social e verificar a presença do projeto ético-político nas atividades desenvolvidas nos projetos extensionistas no contexto do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Sendo assim, este estudo consistiu em analisar as contribuições para o processo de formação profissional alcançados via extensão universitária frente aos desafios postos pela sociedade e pelos princípios do projeto ético-político profissional. Os instrumentais utilizados na pesquisa foram: revisão bibliográfica, estudo documental e entrevista semi-estruturada. Desta forma, propomos uma reflexão sobre os princípios do projeto ético-político e sua efetivação no processo de formação profissional via extensão universitária.

PALAVRAS-CHAVE: extensão universitária, formação profissional, projeto ético-político profissional.

Considerações iniciais

Este artigo parte da compreensão da extensão universitária como espaço privilegiado para uma formação profissional com amadurecimento pessoal e profissional. Partindo desse entendimento, busca-

¹ Discente do quarto ano do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

² Docente do curso de Serviço Social da UEPG, PhD pela Universidade de Londres, orientadora do trabalho de conclusão de curso e co-autora do artigo.

mos entender como a extensão universitária contribui para o processo de formação profissional frente aos desafios postos pela sociedade e pelos princípios do projeto ético-político profissional.

Para alcançar os objetivos propostos nos utilizamos da revisão bibliográfica que nos permitiu realizar a fundamentação do referencial teórico e sustentar as reflexões do investigador sobre o tema de pesquisa. Também foi utilizado estudo documental que permitiu analisar informações consideradas autênticas e de validade científica. Utilizamos ainda a entrevista semi-estruturada que nos auxiliou na obtenção de dados objetivos e subjetivos das falas dos sujeitos entrevistados. Optamos por esse tipo de entrevista por entender que “[...] esta, ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação.” (TRIVIÑOS, 1992, p.146).

Essa pesquisa teve como foco principal o curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Portanto, seu lócus de pesquisa foram os projetos de extensão desenvolvidos pelo departamento de Serviço Social no ano de 2005:

– Programa Estadual de Assistência ao Apenado e Egresso “Programa PRO-EGRESSO”

– Conhecer, Capacitar e Prevenir: uma proposta de enfrentamento da violência familiar contra crianças e adolescentes no município de Ponta Grossa - PR, através da extensão universitária.

Para esse trabalho foram definidos como sujeitos de pesquisa: a **coordenadora do curso de Serviço Social UEPG**, por entender sua contribuição para nossa maior compreensão da formação profissional; **dois professores supervisores de projetos extensionistas** oferecidos pelo Curso de Serviço Social no ano de 2005, para tomarmos conhecimento da percepção que esses profissionais têm sobre a formação profissional de acadêmicos que participam dos projetos de extensão; e **seis (três de cada projeto) acadêmicos do Curso de Serviço Social que fizeram parte dos projetos extensionistas desenvolvidos no ano de 2005**. Os acadêmicos foram delimitados por participarem um maior período de tempo de extensão universitária e porque no decorrer do ano de 2005 estavam preferencialmente realizando estágio curricular II.

Para realizarmos a análise dos dados nos utilizando da metodologia proposta por Minayo (1992, p.227) intitulada hermenêutica-

dialética, pois acreditamos que

[...] a união da hermenêutica com a dialética leva a que o intérprete busque entender *o texto, a fala, o depoimento* como resultado de um processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem) ambos frutos de múltiplas determinações mas com significado específico.

Essa proposta estabelece dois níveis de interpretação fundamentais. O primeiro nível refere-se à análise de conjuntura (contexto sócio-histórico, econômico e político) da qual faz parte o grupo em estudo, reconhecendo, “[...] como centro da análise a prática social, a ação humana e a considera como resultado de condições anteriores, exteriores mas também como práxis [...].” (MINAYO, 1992, p. 232) O segundo nível é aquele onde ocorre o encontro do pesquisador com os fatos empíricos da investigação onde os textos “[...] têm uma significação particular e um papel revelador do todo.” (MINAYO, 1992, p.233).

Entendemos que a discussão sobre essa temática é bastante pertinente para a categoria profissional para que a formação acadêmica prepare profissionais dotados de capacidade científica e com uma visão ampliada do social que busquem quebrar dogmas presentes no cotidiano da prática profissional.

A Extensão Universitária no contexto da Universidade

A universidade é um espaço privilegiado de produção e divulgação do conhecimento sendo seu papel específico “educar pela ciência” (DEMO, 1995). Sendo assim, ela se utiliza de três meios para atingir esse objetivo os quais são: ensino, a pesquisa e a extensão. Estaremos discutindo nesse tópico especificamente a extensão universitária, a qual, possibilita à universidade devolver em forma de serviços, um pouco daquilo que recebeu da sociedade.

Como é de conhecimento comum, o ensino superior público é custeado, em sua grande maioria, através dos impostos. Dentre os diversos impostos destacam-se os impostos regressivos³, sendo, portan-

³ Imposto predominante em nossa sociedade. É dele que se extrai a maior parte da arrecadação do Estado sendo os mais usuais IPI (imposto sobre produto industrializado) e ICM (imposto sobre circulação de mercadoria) – ex.: preço dos produtos em geral cigarro, carne, pão, etc. Esse tipo de imposto é aquele onde quem ganha mais paga menos e quem ganha menos paga mais, pois, as taxas são fixas e independem da renda do indivíduo.

to, necessário um retorno significativo dos investimentos à população. Essa discussão é relevante, pois estudos relatam o baixo índice de acesso da população brasileira a universidade, sendo que há algumas décadas atrás era de apenas 1% (SAVIANI, 1986, p.52), o que não é muito diferente dos dias atuais de 9%. Por isso é extremamente essencial que essa população dita “privilegiada” proponha alternativas aos problemas da sociedade na qual está inserida.

No Brasil, conforme nos aponta FARIA (2000), citado por Carrijo e Moraes Filho (2000, p.22), a extensão universitária no Brasil passa por três fases distintas,

[...] sendo as duas primeiras de cunho assistencialista - a primeira voltada para o atendimento de populações mais carentes com o estágio dos estudantes universitários; a segunda dando visibilidade à temática da cidadania; e a terceira, intensificada pelo fenômeno da globalização, o recrudescimento do liberalismo e a minimização do estado.

A extensão torna-se obrigatória no ensino superior brasileiro e é regulamentada pela Lei nº 5.540, 1968, art. 20 e 40, porém suas ações de prestação de serviços têm caráter assistencialista (aquela que doa, que atende ao necessitado). Na década de 80, devido ao fortalecimento da sociedade civil, a extensão passa a ter um caráter científico, sendo vista como indissociável do ensino e da pesquisa (formando com elas o tripé de sustentação do ensino superior). A extensão passa a ser um instrumento de democratização e autonomia universitária onde “[...] nesta percepção, a população deixa de ser, pela primeira vez, receptora para assumir o papel de redimensionadora do próprio conhecimento.” (TUTTMAN, 2000, p.70).

Hoje, a extensão universitária é fundamentada e discutida pelas propostas desenvolvidas no Plano Nacional de Extensão Universitária, pelo Programa Universidade Cidadã e os demais documentos produzidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras a extensão “é concebida como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”. (NOGUEIRA, 2000, p.11).

Segundo Avaliação da Extensão Universitária (2000) foi cons-

tatada a importância fundamental de que as atividades de extensão ensino e pesquisa sejam desenvolvidas de maneira indissociável.

[...] A relação entre o ensino e a extensão supõe transformações no processo pedagógico, pois professores e alunos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização do saber acadêmico. A relação entre extensão e pesquisa ocorre no momento em que a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a melhoria das condições de vida da população. A extensão, como a ação que possibilita a interação entre universidade e sociedade, constitui-se elemento capaz de operacionalizar a relação teoria/prática, promovendo a troca de saberes acadêmico e popular. (AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2000, p. 70).

A extensão é a função mais jovem da universidade e, apesar do discurso de inseparabilidade, em muitas universidades a extensão é uma atividade apêndice, pois lhe falta orçamento específico além de recursos humanos e físicos. A falta de recursos é suprida, em muitos casos, através de recursos próprios dos professores, apoio das instituições de ensino, parcerias governamentais e não governamentais, entre outras formas, sendo que,

[...] os incentivos, até o momento, têm sido pautados num plano teórico e político, faltando o incentivo financeiro para a concretização das ações de extensão nas instituições públicas, que possa viabilizar o cumprimento do papel social da universidade, com participação efetiva na busca de soluções dos problemas comuns às comunidades excluídas ou em situação de risco. (CARRIJO; MORAES FILHO, 2000, p. 21).

Lembramos aqui que a universidade deve ter um comprometimento com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do país, portanto, através das atividades extensionistas, realizando um ir e vir permanente à realidade, ela pode contribuir com o progresso cultural, social e econômico.

A atividade de extensão tem sua relevância por ser fonte de oxigenação do conhecimento (artístico, científico, tecnológico e cultural) produzido na universidade, por produzir novos conhecimentos de forma interdisciplinar através de suas ações e contribuir para a formação plena do aluno cidadão, oportunizando ao mesmo trabalhar a partir da realidade concreta, cooperando para construção de uma sociedade melhor e melhoria da qualidade de vida da população.

Segundo Santos (2005, p.74), para que a extensão se realize

[...] é preciso evitar que ela seja orientada para actividades rentáveis com o intuito de arrecadar recursos extra-orçamentários. [...] Para evitar isso, as actividades de extensão devem ter como objetivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na solução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados.

Moraes Filho (2000) também contribui para pensarmos a extensão na atualidade demonstrando o quão fundamental é o envolvimento de todos (alunos, professores, técnicos administrativos) na prática das actividades extensionistas para que a universidade cumpra seu papel

[...] não como uma “boa ação” cidadã, mas como um conjunto de ações integradas e como um processo acadêmico-científico, com rigor estrutural, padronização de conceitos e normas, planejamento, com objetivos e metas de médio e longo prazos e com avaliação de seus métodos, resultados e impactos sociais.

Podemos perceber que a extensão reflete as condições da sociedade na qual nos encontramos historicamente, marcada por contradições, permeada de avanços e retrocessos. Portanto,

para que se possa avançar na relação universidade-sociedade é fundamental a superação de mudanças impostas, vistas estritamente na ordem econômica. Essa superação poderá ser viabilizada a partir de novas modalidades de concepção na visão de totalidade das relações sociais, políticas e culturais. (RODRIGUES, 1999, p.43).

O Curso de Serviço Social na UEPG e o Projeto Ético-Político

O curso de Serviço Social é integrado a Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG no ano de 1973, sendo criado através da Resolução nº 15 de 14/12/1973 e reconhecido pelo Decreto nº 82.413 de 16/10/1978. Sua implantação foi devida a estudos realizados em Ponta Grossa e região através do levantamento das possibilidades de mercado e verificaram espaços para novos investimentos. O curso em um primeiro momento desenvolve-se vinculado ao departamento de Educação, sendo desse departamento também a composição básica de docentes do curso. As primeiras Assistentes Sociais contratadas como professoras do curso foram Divanir Eulália Naréssi Munhoz, Edite Franke

e Ruth Portela. Em 1987 o curso passa a funcionar em departamento próprio. (KRAINSKI, 2000).

Ao longo do seu desenvolvimento histórico o curso de Serviço Social – UEPG cresceu em termos de demanda por vaga e já passou por várias composições curriculares. Hoje ele tem suas diretrizes curriculares aprovadas pelo parecer 492/2001, de 03 de abril de 2001, pelo Conselho Nacional de Educação e guiadas no que propõem a ABEPSS (Associação Brasileira de Estudos e Pesquisas em Serviço Social). Conforme seu projeto pedagógico a formação profissional abrange dimensões de caráter filosófico, epistemológico, ético, técnico-operativo e histórico. Tem como campos de atuação empresas públicas e privadas, fundações, organizações não governamentais, entidades paraestatais, entidades de administração mista, movimentos populares e demais organizações da sociedade civil.

Para atuar sobre a realidade, o perfil do profissional a ser formado deve ser daquele que constrói uma

[...] metodologia de intervenção a partir do domínio teórico e crítico do processo histórico de construção da realidade social que possibilite apreender seu objeto de intervenção, enquanto expressão particular da questão social.

A intervenção deve ser planejada, processual e capaz de enfrentar as determinações conjunturais. Deve ter como pressuposto o reconhecimento da singularidade do sujeito, sua experiência social, suas necessidades e suas potencialidades. Para tanto o Assistente Social precisa desenvolver continuamente sua capacitação, bem como a atitude investigativa, criativa e propositiva. (UEPG, 2002).

A formação profissional proposta pelo curso de Serviço Social da UEPG se preocupa e valoriza a questão de como objetivar a prática profissional sem perder sua conexão com as teorias que embasam o agir profissional. Estamos nesse trabalho analisando os projetos de extensão, pois, acreditamos que os projetos extensionistas enriquecem a formação profissional, tendo em vista que evidenciam a relação teoria-prática.

O departamento de Serviço Social inicia suas atividades de extensão no Programa CRUTAC em 1974, quando a segunda turma do curso realizou um levantamento sócio-econômico dos distritos rurais de Ponta Grossa para identificar a área que seria sede do programa. Assim

sendo, o curso nasce vinculado à extensão universitária: “por isso que a gente sempre diz que o Serviço Social atua em extensão universitária desde sua criação, com o CRUTAC” (informação verbal).⁴

A extensão universitária por ser um campo onde se desenvolve uma proximidade maior com professores (coordenadores e supervisores de projetos de extensão) e também com a comunidade, possibilita ao acadêmico fazer a articulação dos conteúdos teóricos e operacionais, cria oportunidades para o desenvolvimento de habilidades referentes ao trabalho em equipe e fortalece o compromisso social e ético no que se refere à busca dos direitos do cidadão.

Sendo assim, a extensão universitária abre espaço para que a formação profissional dos acadêmicos envolvidos nesse ambiente seja “[...] mobilizadora dos conhecimentos, das experiências e dos sujeitos participantes desta intervenção.” (UEPG, 2002).

Ao falar de formação profissional, pretendemos abordá-la na sua relação com o projeto ético-político do Serviço Social. Para tanto se faz necessário um breve conhecimento sobre os principais objetivos do projeto profissional.

O projeto ético-político profissional se materializou no Código de Ética, na Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei 8662/93), bem como na nova proposta de Diretrizes para o Curso de Serviço Social, elaborada pela ABEPSS no ano de 1996.

Temos como principais objetivos do projeto ético-político do Serviço Social:

- Apresentar a auto-imagem da profissão;
- Eleger os valores que a legitimam socialmente;
- Delimitar e priorizar suas funções;
- Formular os requisitos teórico-práticos para o seu exercício;
- Prescrever normas para o comportamento dos profissionais;
- Estabelecer os limites de suas relações com os usuários de seus serviços e com outras profissões e organizações/instituições sociais. (NETTO, 1995 apud BOSCHETTI, 2004b).

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vincu-

⁴ Depoimento da Assistente Social Regina Aparecida Mayer, atual chefe do Programa CRUTAC, no dia 27 de outubro de 2005.

lado a um projeto de transformação da ordem social. Pois, ao atuar, os profissionais acabam imprimindo uma direção social as suas ações que irão favorecer interesses sociais distintos e contraditórios. Este projeto profissional tem compromisso com

[...] valores e princípios colocados no horizonte do projeto de superação da ordem burguesa. [...] Assim, a direção social implica a defesa dos direitos sociais conquistados e sua ampliação, hoje ultrajados pela política neoliberal; a defesa da equidade e justiça social enquanto universalização do acesso a bens e serviços relativos à reprodução social da vida; a defesa da qualidade e gestão democrática destes serviços; a defesa do trabalho; a luta contra a exclusão de amplas parcelas de trabalhadores do processo produtivo; a luta contra a exploração nas diversas formas de trabalho. A possibilidade desta direção social na formação profissional decorre, portanto, de um movimento que a ultrapassa e que se localiza na construção de uma vontade e de uma ação coletiva majoritária na sociedade civil, que tenha no horizonte, a autonomia, a emancipação da liberdade, a socialização política, a apropriação coletiva da riqueza socialmente produzida, o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais. (BATISTONE; OLIVEIRA; CYWINSKI, 1998, p.99).

O projeto ético-político dos profissionais de Serviço Social tem como valor ético central a liberdade, entendida como possibilidade de escolha entre alternativas concretas. Ele também mantém compromisso com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. E, busca uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (ABEPSS, 2004).

Esse projeto é resultado de um longo debate coletivo que tem sua gênese na segunda metade da década de 70. Nesse período o Serviço Social passa por um processo de ruptura teórico e política (reconceituação) e o Brasil inicia uma fase de redemocratização. O projeto alcança avanços nos anos 80, pois, é nesse período que a profissão cresce em termos de produção teórica por meio de pesquisas e pós-graduação e pela ampliação do diálogo com outras áreas do conhecimento. Nos anos 90 passa por um período de consolidação, que exige maturidade profissional e sofre ameaças devido às políticas neoliberais. (BARROCO, 2004).

O projeto ético-político pode se concretizar em nossas ações

profissionais cotidianas em três dimensões articuladas entre si⁵:

1. Dimensão da produção de conhecimentos no interior do serviço social:

- Sistematização de modalidades práticas da profissão onde se apresentam processos reflexivos do fazer profissional e especulativo e prospectivos em relação a ele;
- Tem como parâmetro a afinidade com as tendências teóricas críticas do pensamento social.

2. Dimensão político-organizativa da profissão:

- Fóruns e entidades representativas da profissão;
- Coexistência de diferentes concepções do pensamento crítico (pluralismo de idéias);
- CFESS/CRESS (Conselho Federal e Regional de Serviço Social);
- ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social);
- Movimento estudantil representado pelo conjunto de CAs e DAs (Centros e Diretórios de Estudantes de Serviço Social);
- ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social).

3. Dimensão jurídico-política da profissão:

- Envolve o conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio da profissão.
- É composta de duas esferas: a primeira, de caráter mais abrangente, a Constituição Federal de 1988. E, a segunda de caráter

⁵ As informações aqui contidas foram retiradas do artigo escrito por Marcelo Braz Moraes dos Reis, Conselheiro do CFESS – gestão 2002-2005, apresentado no IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado na cidade de Goiânia entre os dias 20 a 24 de julho de 1998, que teve como temática “Trabalho e Projeto Ético-Político Profissional.”

estritamente profissional – Código de Ética, Lei de Regulamentação da Profissão (lei 8662/93) e as novas diretrizes curriculares aprovadas pelo MEC e pela ABEPSS em 1996.

É importante lembrar que “[...] este projeto não se sustenta apenas no seu conjunto de valores e princípios. Estes precisam ser traduzidos e concretizados a partir de mediações que se constroem e se realizam cotidianamente pela atuação profissional na e a partir da realidade.” (BOSCHETTI, 2004b, p. 128). E conforme nos coloca Martinelli (2005)⁶, “não existe um livro para carregarmos que seja o projeto, mas ele deve estar em nós”. E, como projeto hegemônico em construção no âmbito da categoria, cada profissional é responsável pela sua socialização e visibilidade. Gostaríamos de salientar ainda que não devemos correr o risco de limitar o projeto ético-político apenas à sua dimensão jurídica (Código de Ética), mas sim compreendê-lo em todas as suas dimensões nos apropriando delas para que como categoria profissional estejamos contribuindo para a formação de uma nova sociedade.

Extensão Universitária: Espaço de formação e efetivação do Projeto Ético-Político Profissional

A partir da análise do material coletado passamos a compreender que o curso de Serviço Social da UEPG tem preparado os acadêmicos tanto teórica como metodologicamente, capacitando-os na identificação das diferentes expressões da questão social presentes no cotidiano da prática profissional, dado o suporte necessário para que os futuros profissionais, a partir de um olhar crítico, desvelem a realidade e desenvolvam ações criativas que venham ao encontro das necessidades das pessoas/comunidades por eles atendidas, apostando, “[...] sim, na construção de novos rumos para a sociedade brasileira na história presente” (IAMAMOTO, 2001, p.150).

Pudemos observar também que os projetos de extensão têm aberto um espaço de formação profissional de qualidade, onde os acadêmicos trocam conhecimento com docentes e discentes de diferentes

⁶ Fala retirada da apresentação da professora Maria Lúcia Martinelli no evento “Prática Profissional e o Projeto Ético-Político” realizado pelo departamento de Serviço Social no dia 10 de novembro de 2005.

áreas do conhecimento. Os acadêmicos também podem experimentar a tomada de decisão. Perceber-se como profissionais. Desenvolver qualidades e habilidades relevantes para o desenvolvimento da prática, compreendendo a mesma como práxis, ou seja, não a desvinculam da teoria social aprendida. Assim, os acadêmicos ampliam sua capacidade de conhecer uma realidade social e através de uma consciência crítica, passam a pensar em estratégias político-profissionais de transformação desta.

Quando perguntamos aos acadêmicos sobre o projeto ético-político profissional, todos demonstraram muita dificuldade em defini-lo e pouco conhecimento sobre ele. A grande maioria dos acadêmicos entrevistados vinculou o projeto ético-político ao código de ética e este ao sigilo profissional. Isso vem ocorrendo porque “o Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional” (IAMAMOTO, 2001, p. 77). E o vínculo estabelecido entre o código e o sigilo profissional nos mostra, conforme nos aponta Serpe (2005) que, pode indicar um posicionamento muito presente e fundamental nas questões vivenciadas no dia-a-dia do campo de estágio ou uma defasagem na formação profissional sobre o conhecimento do que vem a ser a ética profissional.

Diante do que nos foi colocado pelos sujeitos da pesquisa, percebemos que para sanar o impasse da dificuldade em definir o projeto ético-político, o curso deve ampliar sua discussão, tratando deste mais claramente em uma disciplina específica bem como manter este debate no decorrer do processo de formação profissional do curso. Porém, é importante destacarmos que os acadêmicos contemplam os princípios do projeto ético-político em suas práticas profissionais, mesmo não sabendo expressar a definição ou o conceito do que seja o projeto. Isso se deve, muitas vezes, ao compromisso que o curso demonstra ter com a busca da transformação da realidade social.

Dos princípios que compõem o projeto ético-político, os quais foram contemplados nesta pesquisa, elaboramos uma síntese das falas expressa no quadro que segue:

PRINCÍPIOS	DOCENTES	DISCENTES
AUTONOMIA	<ul style="list-style-type: none"> • é total nos projetos extensionistas; • é fundamental para que os acadêmicos desenvolvam-se no processo de formação profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> • diferencial desse campo de estágio; • faz com que os acadêmicos se percebam enquanto profissionais; • aparece em todas as etapas do exercício profissional (planejamento, execução e avaliação).
LIBERDADE	<ul style="list-style-type: none"> • oportunidade que o acadêmico tem de trazer novos conhecimentos e de direcionar sua prática profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> • vinculada a autonomia; • efetivada a partir do planejamento das ações; • "não pressão" – espaço para trabalhar, escolher dias de estágio, decidir em que subprojetos deseja participar.
EMANCIPAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • um dos objetivos da extensão universitária; • princípio onde o Assistente Social busca com que os sujeitos se reconheçam como cidadãos - sujeito de direitos. 	<ul style="list-style-type: none"> • tem início através do acesso a informações; • aparece em algumas atividades – é uma conquista; • de maneira ampla é efetivada pelo acesso dos sujeitos ao mercado de trabalho.
CONSOLIDAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • a profissão mostra sua importância em todas as atividades; • aparece através das atividades propostas e realizadas junto a comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • dificuldade de visualizar sua efetivação, especialmente quando o curso se relaciona com outras áreas do conhecimento;
UNIVERSALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • luta diária para sua efetivação; • falta estrutura no município e recursos (financeiros, físicos e humanos) para o atendimento da demanda. 	<ul style="list-style-type: none"> • faltam políticas públicas e estrutura no município para o atendimento da demanda; • é feito o melhor possível dentro dos limites do projeto de extensão.
JUSTIÇA SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • as ações profissionais são limitadas pela falta de espaços para realizar os encaminhamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • uma busca constante; • é limitada pela falta de políticas públicas; • tem início com o acesso a informações.

Quadro 01 – Resumo das respostas mais significativas dos sujeitos da pesquisa em relação aos princípios que compõem o projeto ético-político.

Fonte: informações coletadas e sistematizadas pela autora.

A partir das falas dos sujeitos, sintetizado no quadro anterior, percebemos que dos princípios do projeto ético-político, o princípio da autonomia foi o de mais fácil identificação. Este, também foi vinculado ao princípio da liberdade, sendo considerado de forma unânime o diferencial dos projetos extensionistas.

Sobre a consolidação da profissão de Serviço Social, observamos que, além dos profissionais apenas uma acadêmica vê o princípio contemplado. Os demais acadêmicos entrevistados vêem a profissão desvalorizada diante de outras especialidades do trabalho. Para que essa visão seja alterada é preciso que tanto o curso, como os profissionais já atuantes no contexto social, realizem constantes capacitações e debates sobre os rumos pretendidos pela categoria.

Os princípios da emancipação, universalização e justiça social ficam fragilizados devido ao sucateamento dos serviços sociais públicos, nos quais é cada vez maior a demanda que fica desprotegida. No entanto, devido ao fato da categoria profissional lutar pela transformação da realidade social, os acadêmicos entrevistados compreendem que uma forma de contribuir com essa luta e ver a concretização desses princípios é favorecendo o acesso a informações, que possibilita a ampliação/formação de uma consciência crítica. E, também, buscando fazer conhecidas/vistas as necessidades dos sujeitos para que exista um alargamento e consolidação efetiva dos direitos sociais conquistados em lei.

Considerações finais

Através desta pesquisa procuramos aprofundar nossa compreensão sobre a extensão universitária e seu papel no contexto de formação dos profissionais, em especial, dos Assistentes Sociais. Pudemos constatar que historicamente as universidades ofereciam em seus cursos regulares o ensino e por vezes a pesquisa e que as atividades extensionistas surgem da necessidade de uma interação universidade/comunidade e tornam-se obrigatórias no sistema de ensino superior brasileiro a partir de 1968 com a lei nº 5.540. É importante destacar que, antes de ser regulamentada em lei algumas universidades promoviam atividades de caráter extensionista, porém, estas eram desenvolvidas esporadicamente com o objetivo de difusão cultural ou objetivos sociais filantrópicos.

Na conjuntura atual podemos verificar que a extensão ainda tem ocupado um espaço secundário dentro da universidade. A partir da década de 90 tem-se a ascensão das políticas neoliberais (Estado mínimo) que desencadeiam um processo de privatização do ensino superior, onde, a ênfase é dada ao ensino, muitas vezes, abstendo-se da pesquisa e extensão, pois, visam o lucro e não qualidade de uma formação crítica. Ainda constatamos a veracidade daquela afirmativa porque as universidades públicas vêm sofrendo sucateamento, passando também a dedicar-se mais ao ensino, sabendo que para fazer pesquisa e extensão é preciso que o Estado faça investimentos estruturais (laboratórios, bibliotecas, pesquisadores, etc.), o que não vem acontecendo.

Para o Serviço Social a extensão universitária é um espaço de prática social e profissional, espaço esse que tende a integrar suas dimensões investigativas e interventivas. Podemos verificar que historicamente o curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa teve sua gênese vinculada à extensão, tendo como primeira experiência a participação no Programa CRUTAC.

Constatamos que ao longo dos anos foram diminuindo de maneira significativa o número de projetos promovidos pelo departamento, sendo no ano de 2005 apenas 2 (dois), pois, a universidade de Ponta Grossa também é afetada pelo momento conjuntural e estrutural pelo qual passa o ensino superior brasileiro. Contudo, vemos que o curso de Serviço Social acredita na extensão universitária porque ela tem: favorecido na capacitação do acadêmico para o agir profissional; colocado os alunos em contato com a realidade social, levado conhecimento e propiciado mudanças políticas, culturais e sociais da comunidade; leva a práxis, auxilia na aplicação clara e objetiva dos conhecimentos obtidos em sala; abre espaço para a vivência da intersetorialidade/interdisciplinaridade; bem como, oportuniza o desenvolvimento de novas habilidades e o aprofundamento dos conhecimentos teóricos em uma determinada área de atuação profissional.

No que diz respeito à formação profissional, verificamos que o curso de Serviço Social da UEPG, tem as diretrizes do seu projeto pedagógico vinculadas às da ABEPSS e constantemente, através de amplos debates onde são envolvidos docentes, discentes e profissionais da prática, reformulam e adequam o currículo ao momento histórico-social atual. Averiguamos também, que o curso busca formar profissionais com um perfil crítico, criativo, investigativo e propositivo, profissio-

nais estes em constante atualização e comprometidos com a transformação da realidade social.

Nossa pesquisa também revelou uma deficiência de compreensão – por parte dos acadêmicos – no que se refere ao projeto ético-político profissional. Entretanto, constatamos que apesar da dificuldade em definir o projeto ético-político, os acadêmicos tem efetivado os princípios deste projeto em todas as atividades realizadas nos projetos de extensão. A sugestão que damos para sanar esta lacuna é de que o curso de Serviço Social da UEPG trabalhe detalhadamente cada aspecto que compõem o projeto ético-político em uma disciplina específica, bem como, desenvolva discussões sobre a temática no decorrer de todo o processo formativo.

Dessa forma, fica registrado aqui o nosso desejo de que a cada dia a categoria profissional dos Assistentes Sociais aproprie-se mais do projeto ético-político profissional fazendo com que suas ações na realidade tenham um alcance impulsionador de mudanças e transformações significativas da e na sociedade.

THE UNIVERSITY EXTENSION AS SPACE OF PROFESSIONAL GRADUATION TO SOCIAL WORKERS AND THE PRINCIPLES' OF THE ETHICAL-POLITICAL PROJECT EFFECTING

ABSTRACT: This article aims at reflecting on the university extension as space of professional graduation to Social Workers in the UEPG (State University of Ponta Grossa). In addition it verifies the presence of the ethical-political project in activities developed in the extension projects in the context of the course of Social Work in UEPG. This study consisted of analyzing contributions for the process of professional graduation reached through university extension, considering challenges of society and the principles of the ethical-political professional project. The instruments used in the research were: bibliographical revision, documents and semi-structured interviews. This research reflected on the principles of the ethical-political project and its applying in the process of professional graduation through university extension.

KEYWORDS: university extension, professional graduation, ethical-political professional project.

Referências

- ABEPSS. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.25, n.79, p.72-81, set./nov. 2004.
- AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v.2, n.2, p.69-83, nov.2000.
- BATISTONE, Rosângela; OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello; CYWINSKI, Mercedes Manchado. Proposta curricular da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n.8, p.91-117, nov. 1998.
- BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.25, n.79, p.108-132, set./nov. 2004.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.25, n.79, p.27-42, set./nov. 2004.
- CARRIJO, Inês Luci Machado; MORAES FILHO, Waldenor Barros. Extensão na UFU: algumas dificuldades e perspectivas. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v.2, n.2, p.20-29, nov.2000.
- DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- KRAINSKI, Luiza Bittencourt. **Da intenção ao gesto: um estudo da formação profissional do curso de Serviço Social da UEPG**. 2000, 175f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2000.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- MORAES FILHO, Waldenor Barros. A Normalização da Extensão: um processo em construção. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v.2, n.1, editorial, mai. 2000.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Documentos Básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.
- RODRIGUES, Marilúcia Menezes. Universidade, Extensão e Mudanças Sociais. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v.1, n.1, p.41-51, dez.1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SAVIANI, Demerval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez, 1986.

Silva, Soraya P.; Quimelli, Gisele A. de Sá. *A extensão universitária como espaço de formação...*

SERPE, Juliana. **A importância da comunicação no atendimento ao usuário e a sua relação com a ética profissional dos Assistentes Sociais.** 2005, 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

TUTTMAN, Malvina Tania. Extensão Universitária: uma alternativa viável? IV SEMEXT. **Anais do IV Seminário de Extensão Institucionalização da Extensão Universitária.** Uberlândia, 2000. p.69-71.

UEPG. Departamento de Serviço Social. **Projeto Pedagógico.** Ponta Grossa, 2002.